



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

NÃO SOMOS INVISÍVEIS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E DE REVISÃO CURRICULAR SOBRE A HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA E. M. SANTO ANTÔNIO.

Ronan dos Santos Queiroz¹

RESUMO:

O presente texto é uma reflexão sobre a quase invisibilidade em que é tratada a História dos povos indígenas nos currículos escolares e nos livros didáticos, bem como na legislação oficial adotada desde os primórdios da colonização, a partir das discussões e leituras realizadas no Curso de História e Cultura Indígena, organizado pela UEG-Quirinópolis e GT HCI ANPUH-GO. O objetivo é, a partir das discussões e reflexões realizadas, fazer uma análise do livro didático adotado na E. M. Santo Antônio e propor ações pedagógicas e curriculares que possam incluir essa temática no processo de ensino aprendizagem dos estudantes dessa unidade de ensino.

PALAVRAS CHAVES:

Protagonismo, sociodiversidade, visibilidade, identidade, decolonialismo, historicídio, Interculturalidade.

¹ Professor da E. M Santo Antônio da disciplina de História



Desde a invasão portuguesa em 1500, as vozes, falas, línguas, povos e culturas indígenas vêm sendo, sistematicamente, silenciadas e apagadas pelo colonizador e por elites dominantes. É importante ressaltar que essa política de apagamento, submissão, integração e assimilação dos povos indígenas fazem parte de um projeto ideológico e de poder que visa expandir a cultura européia, cristã ocidental e consolidar a supremacia européia sobre as demais civilizações, especialmente as civilizações ameríndias.

A historiografia brasileira ainda não conseguiu romper totalmente com a influência européia na compreensão dos processos históricos desenvolvidos na América, especialmente na América Latina, haja vista a manutenção da divisão quadripartite da História (Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea) que ainda vigoram nos currículos escolares do ensino fundamental e médio e nos currículos de graduação de História no ensino superior. Essa concepção está carregada de ideologias, conceitos e preconceitos que relegaram a um papel secundário e quase invisível, a história das populações afro descendentes e dos povos originais do Brasil.

Estudos sobre a História indígena e especialmente sobre o protagonismo dos povos indígenas na construção de seus processos históricos, ainda são relativamente muito recentes. Apesar das pesquisas arqueológicas apontarem para a presença humana no atual território brasileiro a partir de 30 mil anos (12 mil para muitos), pouco se produziu, em termos historiográficos, sobre esse período chamado de PALEOÍNDIO (até 4 mil anos). Felizmente pesquisas arqueológicas voltadas para a temática indígena têm ganhado importância nas últimas décadas. Estes estudos, sem dúvida, consolidam uma visão de continuidade que contribui para romper com a ideia de povos do passado e de cultura morta, solidificando a compreensão desses povos no presente.

As inúmeras descobertas arqueológicas realizadas nos últimos anos revelam uma riqueza material e imaterial única dos povos ancestrais e dos diversos grupos indígenas da atualidade. Os estudos antropológicos recentes reforçam também o protagonismo dos povos indígenas na sua diversidade, ancorados em teorias como o “Relativismo Cultural”, defendendo que... “cada cultura segue seus próprios caminhos, em função de diferentes eventos históricos”. Evidenciam-se cada vez mais as ideias de “herança cultural, coesão e espaço de uma cultura comum, como traços de construção de uma identidade cultural”.

Desde o período colonial até a constituição de 1988, as políticas indigenistas tiveram sempre um caráter discriminatório, de exclusão social e de negação dos direitos



socioculturais dos povos originários. No Período Colonial não havia uma política específica voltada para os povos indígenas. A legislação se baseava nas leis portuguesas (Manuelinas – 1514 e Filipinas – 1603), onde a função de “proteger” e “civilizar” o “silvícula”, o “selvagem”, caberia aos jesuítas, porém esse “privilegio” seria dado aos povos aliados (pacíficos), aos arredios que não aceitavam a integração e submissão se adotava a “Guerra Justa” e a escravidão. No período pombalino (1755), foi criado o Diretório dos Índios, onde a gestão da política indigenista seria transferida para diretores escolhidos pela coroa, já que os Jesuítas caíram em desgraça e foram expulsos. No entanto, nada mudou. Os povos indígenas continuaram dominados, explorados e subjugados

Após a independência, no período do Império, as elites agrárias emergentes consideravam as populações indígenas como a “negação do progresso e do desenvolvimento”, por isso precisava ser integrada. Era preciso, agora, construir uma unidade nacional. A Constituição de 1824, não trata da questão indígena, os povos indígenas continuam invisíveis. O único documento do Primeiro Reinado que faz referência a questão indígena é o projeto de José Bonifácio: “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império”, fundamentado em duas máximas: JUSTIÇA (Comprar as terras indígenas) e BRANDURA (Integração pacífica/ Casamentos mistos). A ideia era criar uma “nova raça”, uma nova cultura. O Segundo Reinado deu continuidade a essa política de aldeamento e assimilação. Foi criado em 1845 o “Regulamento das Missões”, que substituiu o Diretório e a “Leis de Terras” em 1850, que estabelecia o aldeamento das “Hordas Selvagens”.

A Proclamação da República representou a ascensão de um novo projeto político baseado na hegemonia das oligarquias. Porém, o projeto republicano, ancorado no positivismo (Ordem e Progresso), contemplava uma ideologia de identidade nacional, de construção de um “Estado Federativo”. Para os povos indígenas nada mudou. A Constituição de 1891 sequer citou o indígena, que continuou invisível. Nessa época proliferaram teorias raciais e de eugenia, que defendiam a formação de uma “raça” branca e pura. A imigração estrangeira foi uma estratégia para realizar tal projeto. O contraponto dessas teorias surgiu nos anos 30 com a teoria da miscigenação e da “Democracia Racial”. O governo republicano adota uma política de interiorização que atinge seu auge na década de 30 com a “Expansão para o Oeste”. Essas políticas proporcionaram novos contatos com povos indígenas, tendo a frente o Capitão/Marechal Rondon. Surgiram os primeiros órgãos voltados para a questão indígena: em 1910 foi criado o Serviço de proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores



Nacionais (SPILTN), que em 1818 foi transformado em Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Porém, em termos práticos, pouca coisa mudou, pois esses órgãos continuaram a política integracionista e assimilacionista.

As cartas de 1934, 37 e 46, praticamente não apresentaram avanços na política indigenista. Em 1967, já na Ditadura Militar, adotou-se uma política de “integração nacional”, e foi criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que demarcou terras, mas para tutelar os povos indígenas. Em 1969, no auge da repressão criou-se a “Guarda Rural Indígena” de caráter integracionista e militarista. Em 1973, com o objetivo de tutelar os indígenas sob o comando da FUNAI, foi criado o “Estatuto do Índio”.

Porém, os ventos democráticos que sopraram no mundo nos anos 80, também foram favoráveis ao movimento indígena no Brasil. Surgiram diversas mobilizações de povos indígenas pelo direito à terra e respeito à cultura indígena. Irromperam variadas lideranças que se destacaram no plano nacional e internacional. Essas mobilizações de indígenas e não indígenas foram fundamentais para a elaboração e aprovação do Capítulo VIII da Constituição de 1988 (Dos Índios), que reconheceu o direito dos povos originais a sua terra e manutenção de suas tradições e culturas, consolidando o indígena como membro da sociedade nacional, mas respeitando suas identidades e modo de vida. No entanto, reconhecimento não significa autonomia absoluta. Os povos indígenas continuam ainda discriminados, perseguidos e silenciados pelas políticas estatais das últimas décadas.

Todo esse processo histórico aqui narrado, marcado pela exclusão, dominação, discriminação e assimilação dos povos originais, ou seja, a negação de seu protagonismo relegou, como já afirmamos, a um lugar de invisibilidade a história desses povos, expresso nos currículos escolares e nos livros didáticos. Um verdadeiro “Historicídio”, ou seja, uma negação quase que completa da História dos povos indígenas. A lei 11.645/08, que tornou obrigatória a inserção do ensino da temática étnico-racial, portanto da cultura afro e indígena nos currículos escolares, sem dúvidas foi muito importante para lançar luz sobre esses temas. Contudo, essas temáticas, especialmente a indígena foram incluídas quase que de forma protocolar, sem se preocupar com sua importância político pedagógico e sua dimensão histórica.

Apesar dessas temáticas não integrarem de forma orgânica os diversos currículos escolares, é inegável que as produções teóricas e pedagógicas sobre a temática afro, apesar de insuficientes, foram maiores que as produções sobre a temática indígena. A predominância de



uma cultura fortemente influenciada pelo pensamento europeu e de uma historiografia quadripartite, como mencionado anteriormente, contribuíram para a pequena importância dada a esses temas. Os currículos e os livros didáticos tratam a história e cultura indígena quase como um tema transversal, relegando essas temáticas a datas históricas e períodos específicos, como se eles não estivessem presentes em toda a história do Brasil. Assim, a História e cultura indígena são retratadas de forma estereotipada, pautada nas contribuições para os não indígenas, ou simplesmente como “cultura morta”, que ficou no passado, nas tradições e lendas.

Na E. M. Santo Antônio, da Rede Municipal de ensino de Goiânia, situada do bairro Asa Branca, adotamos, no ensino fundamental dois, no turno matutino, o livro: “História e Cidadania” de Alfredo Boulos da editora FTD. Como a esmagadora maioria dos livros didáticos, ele trata a História indígena de forma superficial, quase protocolar, ou seja, “só para constar”, relegando a temática indígena a alguns capítulos ou citações. O livro possui um excelente designer gráfico, com bons textos complementares, imagens e mapas. Os exercícios são, majoritariamente, desafiadores. Porém, adota uma estrutura didática tradicional e linear, baseada na historiografia europeia, quadripartite, não utilizando uma análise decolonial, portanto não analisa a história dos povos originais a partir do seu próprio lugar, de sua realidade e especificidades.

No livro do 6º ano, a temática indígena é tratada em dois capítulos: 4 e 7. No capítulo 4, se discute a chegada dos primeiros habitantes na América, os estudos arqueológicos de Niede Guidon e o Período Paleoíndio. Não é comentada a questão da sociodiversidade dos povos da América. O capítulo 7, faz alusão aos povos da América Pré-Colombiana (Astecas, Maias e Incas) e os povos Tupis do Brasil. Faz uma discussão interessante sobre sociodiversidade indígena, mostrando a existência de povos urbanos e das reservas. Porém, não enfatiza as condições dos povos na atualidade e seu protagonismo histórico.

O livro do 7º ano mostra a questão indígena, apenas, no primeiro capítulo, onde um dos sub-temas é: “As técnicas e saberes dos tupis”. Os povos indígenas são retratados em um universo único, não leva em consideração a diversidade cultural, os modos de ser e fazer dos povos. A análise é estereotipada, corroborando uma imagem tradicional do indígena. É importante destacar que o autor trata, nesse volume, a chegada dos portugueses como um encontro e não uma “invasão”. O indígena é retratado como “o bom selvagem”.



O livro do 8º ano não aborda a temática indígena em nenhum capítulo. Faz parecer que nos séculos XVII e XVIII não existiram povos indígenas no Brasil. Eles são invisíveis para o autor nesses períodos. No livro do 9º ano, a temática indígena é citada no capítulo 4 (Movimentos sociais: negros, indígenas e mulheres). Um dos sub-temas é: “Os indígenas na República”, que trata de forma superficial as políticas indigenistas no início da República (Rondon) e na Era Vargas. Não se discute a questão indígena na Ditadura Militar e nos dias atuais, especialmente a partir da Constituição de 1988.

O saldo é trágico. A temática indígena é praticamente ignorada no livro de história. Podemos reportar essa realidade também para os demais currículos escolares, para o PPP das escolas, para as ações pedagógicas das instituições de ensino e para o currículo de outras disciplinas. A mudança desse cenário passa por ações políticas e didático-pedagógicas. É preciso ampliar o debate sobre a temática indígena nas escolas e na sociedade. As mudanças curriculares também passam por discussões na academia, pela introdução dessa temática nas avaliações externas (Prova Brasil, SAEB, ENEM etc.), pelos debates pedagógicos nas instituições escolares e também pela formação continuada dos docentes e administrativos.

Nossa proposta é trazer para as instituições escolares a “Semana dos Povos Indígenas”, onde seriam discutidas mudanças curriculares nas diversas áreas do conhecimento. Planejar atividades teóricas e práticas voltadas para fortalecer o protagonismo indígena. Esse projeto e outros devem ser garantidos no PPP da escola.

A missão é árdua, urgente e necessária. Cabe a nós implementá-la.

BIBLIOGRAFIA:

SANTOS, Rosane Barreto Ramos dos: QUEIROZ, Paulo Pires de: Interculturalidade: instrumento de mudança da práxis escolar. Revista Aleph Nº 31 Dez. 2018.

LARAIA BARROS, Roque de: CULTURA Um conceito antropológico. Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro 14ª edição.

BUCO, Cris: IGNÁCIO Elaine: FIDALGO, Mafalda. Arquitectura, concreta e abstracta, da pré-história ao período do contacto. Interpretação e comparação de algumas pinturas rupestres do p. N. Serra da capivara com arquitectura indígena brasileira actual.

JACUPÉ WERA, Kaka: A Terra dos Mil Povos – História indígena contada por um indígena Ed. Peirópolis



ALMEIDA CAVALCANTE, Antonio: Aspectos das políticas indigenistas no Brasil
Interações, Campo Grande Nº 31 julho/set 2018

SILVA, Edson; SOUZA, Neimar Machado de. Revisão bibliográfica sobre o ensino da temática Indígena. In: SOUZA, Fábio Feltrin de.; WITTMANN, Luísa Tombini. Protagonismo indígena na história. (Organizadores). Tubarão, SC, Copiart: UFFS, 2016, p. 255-285.

BOULOS, Junior Alfredo: História Sociedade e Cidadania: Ensino Fundamental: Anos Finais – 4ª edição. São Paulo: FTD, 2018